

Instrução | Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

Juizados Especiais — Questões de 1 a 20

QUESTÃO 1

A Lei de Juizados Especiais estabelece que o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

São manifestações da simplicidade e da informalidade, constantes na lei, as seguintes regras, **exceto**:

- 01) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- 02) Não há nulidade sem prejuízo.
- 03) A citação postal de pessoas jurídicas é válida, desde que entregue a correspondência à pessoa encarregada da recepção.
- 04) As intimações podem ser realizadas por qualquer meio idôneo.
- 05) A prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada por carta precatória, na forma da lei processual civil.

QUESTÃO 2

Dentre as causas relacionadas a seguir, é de competência dos Juizados Especiais,

- 01) cobrança de honorários dos profissionais liberais, não se admitindo condenação superior a 40 salários mínimos no próprio Juizado, segundo entendimento de enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.
- 02) execução de seus julgados, cujo valor não exceda 40 salários mínimos.
- 03) possessória, desde que envolvam imóveis de valor até 40 salários mínimos.
- 04) relativa ao estado e à capacidade da pessoa, desde que de cunho patrimonial.
- 05) coletiva, segundo entendimento de enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.

QUESTÃO 3

O sistema dos Juizados Especiais possui algumas peculiaridades no que se refere à capacidade das partes, vedando a postulação feita por ou contra determinados sujeitos, ao dispor que pessoas jurídicas de direito privado podem figurar no polo

- 01) ativo ou passivo da relação processual, quando qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem restrições à sua atuação.
- 02) passivo da relação processual, havendo conclusão do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis que não admite ao condomínio residencial propor ação no Juizado Especial, nas hipóteses do Art. 275, II, b, do Código de Processo Civil.
- 03) passivo da relação processual, quando poderá ser representada por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, havendo necessidade de vínculo empregatício.
- 04) passivo da relação processual, e não no ativo, quando qualificadas como microempresas, havendo enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis que admite que, enquanto rés, formulem pedido contraposto.
- 05) passivo da relação processual, havendo enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis que veda, inclusive, a formulação de pedido contraposto.

QUESTÃO 4

O autor ajuizou ação em face de instituição bancária perante Juizado Especial Estadual.

Em seu termo de queixa, o autor pleiteou

- a revisão dos termos de contrato firmado com o banco, com a redução do percentual dos juros, limitando-os ao quanto previsto em nosso ordenamento jurídico, e a exclusão da sua capitalização.
- a restituição dos valores indevidamente pagos a títulos de juros excessivos em dobro.

Devidamente tramitado o feito, as partes compareceram à audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que a instituição bancária apresentou contestação, alegando, em caráter preliminar, a inadequação do rito do Juizado Especial para a causa, por exigir a realização de perícia contábil complexa e a inépcia da petição inicial, por conter pedido genérico em hipótese não admitida em lei, para, no mérito, impugnar todos os pedidos.

Com base nessas informações, é correto afirmar:

- 01) O juiz poderá proferir sentença ilíquida, por ser genérico o pedido de restituição em dobro dos valores indevidamente pagos.
- 02) O juiz poderá proferir sentença ilíquida, por ser genérico o pedido de restituição em dobro dos valores indevidamente pagos, não se admitindo, contudo, que exceda a alçada da Lei de Juizados Especiais Estaduais na fase liquidação.
- 03) O juiz, entendendo tratar-se de causa de alta complexidade probatória, por exigir perícia técnica contábil, deverá decretar inadmissível o procedimento da Lei de Juizados Especiais Estaduais, remetendo os autos para a Justiça Comum, na forma do Art. 51, da Lei citada, inclusive considerando haver enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis, dispondo que as ações em que se discute a ilegalidade de juros são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais.
- 04) O juiz leigo poderá conduzir a audiência de instrução, supervisionado pelo juiz togado e proferir sentença a ser por ele homologada ou substituída, preservando-se sua recorribilidade.
- 05) O juiz leigo poderá conduzir a audiência de instrução, supervisionado pelo juiz togado e proferir sentença que independe de homologação, mas que pode ser impugnada por recurso.

QUESTÃO 5

A decisão proferida em Juizados Especiais Estaduais pode ser impugnada por

- 01) embargos de declaração, em caso de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
- 02) ação rescisória, se acobertada pela coisa julgada material.
- 03) recurso especial, se tratar de acórdão que contraria tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência, independentemente de prequestionamento, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- 04) recurso extraordinário, se tratar de acórdão que contraria dispositivo da Constituição, independentemente de prequestionamento, apesar de existir enunciado em sentido diverso do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.
- 05) recurso inominado que dispensa preparo, predominando a gratuidade, e será recebido só no efeito devolutivo.

QUESTÃO 6

Proposta a demanda pelo autor, o réu foi citado para comparecer na audiência de conciliação.

Nesse caso,

- 01) obtida a conciliação em valor superior à alçada da Lei de Juizados Especiais Estaduais, não deve ser homologada pelo juiz, por ser inadmissível por lei.
- 02) não obtida a conciliação e resolvendo as partes, de comum acordo, submeter o conflito à solução arbitral, deve-se extinguir o processo sem exame do mérito.
- 03) não obtida a conciliação e resolvendo as partes, de comum acordo, submeter o conflito à arbitragem, instaurar-se-á o juízo arbitral, independentemente de compromisso, atuando como árbitro um juiz leigo, que poderá decidir por equidade.
- 04) não obtida a conciliação e resolvendo as partes, de comum acordo, submeter o conflito à arbitragem, instaurar-se-á o juízo arbitral, independentemente de compromisso, atuando como árbitro o juiz leigo indicado pelo juiz togado.
- 05) não obtida a conciliação e resolvendo as partes, de comum acordo, submeter o conflito à arbitragem, instaurar-se-á o juízo arbitral, independentemente de compromisso, atuando como árbitro um juiz leigo, que proferirá sentença arbitral com força de sentença judicial, independentemente de homologação do juiz togado, e não sujeita a recurso.

QUESTÃO 7

Para dar cumprimento à obrigação de fazer e não fazer em Juizado Especial Estadual, **não** há enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis dispondo que a multa cominatória,

- 01) quando executada, a parte beneficiária poderá receber até o valor de 80 salários mínimos.
- 02) quando executada, a parte beneficiária poderá receber até o valor de 80 salários mínimos, e eventual excedente será destinado a fundo público estabelecido em norma estadual.
- 03) embora deva ser razoavelmente fixada pelo juiz, obedecendo-se ao valor da obrigação principal, mais perdas e danos, atendidas as condições econômicas do devedor, não fica limitada ao valor de 40 salários mínimos.
- 04) em caso de obrigação de fazer ou não fazer, deve ser estabelecida em valor fixo diário.
- 05) derivada de descumprimento de antecipação de tutela, é passível de execução, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 8

O autor, ao formular seu pedido em sede de Juizados Especial Estadual, deve preocupar-se em fazê-lo

- 01) certo e determinado, sendo absolutamente vedada a formulação de pedido genérico.
- 02) no valor de até 40 salários mínimos, pois caso o exceda, sua causa será extinta sem exame de mérito.
- 03) no valor de até 40 salários mínimos, pois, caso o exceda, a opção pelo procedimento previsto na Lei de Juizados importará em renúncia ao crédito excedente, não estando excetuada nem mesmo a hipótese de conciliação.
- 04) no valor de até 20 salários mínimos, caso pretenda postular pessoalmente, sem a presença de um advogado, sendo que, ultrapassado esse valor, a assistência obrigatória prevista no Art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação, segundo texto de enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.
- 05) no valor de até 20 salários mínimos, caso pretenda postular pessoalmente, sem a presença de um advogado, sendo que, ultrapassado esse valor, a opção pelo procedimento previsto na Lei de Juizados importará em renúncia ao crédito excedente, automaticamente, não estando excetuada nem mesmo a hipótese de conciliação realizada na primeira sessão.

QUESTÃO 9

Nos Juizados, é vedada a intervenção de terceiros,

- 01) ressalvando a lei a possibilidade de assistência, por não prejudicar a celeridade processual.
- 02) ressalvando a lei a possibilidade de recurso de terceiro prejudicado, por não prejudicar a celeridade processual.
- 03) inclusive a intervenção *iussu iudicis* prevista no Art. 47, parágrafo único, do Código do Processo Civil, CPC.
- 04) admitindo-se, contudo, o litisconsórcio, o que motivou a edição de enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis, dispondo ser possível o chamamento ao processo de codevedores.
- 05) inclusive denunciação da lide de seguradora, admitindo enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis que, nas ações derivadas de acidentes de trânsito, a demanda possa ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados.

QUESTÃO 10

Na execução de Juizados que tenha por objeto título

- 01) judicial, o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, anterior à sentença.
- 02) judicial ou extrajudicial, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor, de acordo com a lei e enunciado do Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis.
- 03) extrajudicial, deve ser realizada audiência de conciliação, quando serão apresentados embargos à execução, escritos ou orais, que não poderão ser decididos pelo juiz leigo.
- 04) judicial, processar-se-á independentemente de pedido do interessado e de nova citação.
- 05) judicial, é vedada a designação de audiência de conciliação.

QUESTÃO 11

O indivíduo **A** foi acusado ter praticado o crime de ameaça contra o indivíduo **B**. Encaminhado o termo circunstanciado da ameaça ao Juizado Especial Criminal, foi realizada a audiência preliminar, não havendo, na oportunidade, composição dos danos civis. Assim, o Ministério Público propôs transação penal, na forma do Art. 76 da Lei 9.099/95, que foi aceita por **A**, consistente no pagamento de três cestas básicas em favor de determinada instituição de caridade. No entanto, **A** descumpriu a Transação Penal.

De acordo com a jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, o descumprimento da transação penal por **A** acarreta

- 01) conversão em pena privativa de liberdade.
- 02) execução da sentença de transação penal, no Juízo Cível, pois se trata de sentença homologatória com força de título executivo.
- 03) execução da sentença de transação penal e responsabilização de **A** pelo crime de desobediência.
- 04) execução da sentença de transação penal, no Juízo Criminal, pois se trata de sentença homologatória com força de título executivo.
- 05) submissão do processo ao seu estado anterior, oportunizando-se ao Ministério Público a propositura da ação penal e, ao Juízo, o recebimento da peça acusatória.

QUESTÃO 12

O crime com pena máxima cominada igual ou inferior a dois anos não será de competência dos Juizados Especiais Criminais, **exceto**

- 01) quando o acusado não for encontrado para ser citado.
- 02) se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia.
- 03) se o condenado for reincidente em crime doloso ou se tiver sido beneficiado anteriormente pela Transação Penal, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva de direitos ou multa.
- 04) quando houver reunião de processos, perante o Tribunal do Júri em decorrência da aplicação das regras de conexão e continência.
- 05) quando houver reunião de processos, perante o Juízo Comum, em decorrência da aplicação das regras de conexão e continência.

QUESTÃO 13

Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, é **incorreto** afirmar:

- 01) Para efeito da suspensão condicional do processo, é de ser considerada a causa de diminuição da pena prevista no Art. 14, II, do Código Penal (crime tentado), aplicando-se, nesse caso, a redução máxima (dois terços) a fim de averiguar a pena mínima em abstrato.
- 02) Caso o réu aceite a proposta de suspensão condicional do processo, não poderá, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, impetrar *habeas corpus* em busca do trancamento da ação penal.
- 03) Não impede a suspensão condicional do processo a imputação de agravantes genéricos, mesmo que a pena mínima cominada abstratamente para o ilícito seja igual a um ano.
- 04) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- 05) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

QUESTÃO 14

De acordo com entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, o conflito de competência entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau deve ser resolvido

- 01) pelo Superior Tribunal de Justiça, quando se tratar de conflito entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau vinculados a Tribunais diversos e pelo Tribunal de Justiça, quando se tratar de conflito entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau vinculados ao mesmo Tribunal.
- 02) pelo Superior Tribunal de Justiça, quando se tratar de conflito entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau vinculados ao mesmo Tribunal.
- 03) pelo Supremo Tribunal Federal, quando se tratar de conflito entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau vinculados a Tribunais diversos e pelo Tribunal Federal, quando se tratar de conflito entre Juizado Especial Criminal e Juízo Criminal Comum de Primeiro Grau vinculados ao mesmo Tribunal.
- 04) pelo Tribunal de Justiça Estadual.
- 05) pela Turma Recursal.

QUESTÃO 15

No procedimento sumaríssimo previsto para o processo e julgamento dos crimes de competência do Juizado Especial Criminal, é correto afirmar:

- 01) O relatório é item indispensável na sentença condenatória, sendo dispensável apenas na sentença absolutória.
- 02) A prova pericial é incompatível com a sistemática dos Juizados Especiais Criminais.
- 03) O juiz, em face do princípio da ampla defesa, não poderá excluir as provas tempestivamente requeridas pela defesa, mesmo consideradas impertinentes ou excessivas.
- 04) As vítimas devem ser ouvidas antes das testemunhas, e o interrogatório do réu deve ser realizado após o depoimento das testemunhas.
- 05) A Lei 9.099/95 autoriza, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, que o juiz substitua os debates orais, após o interrogatório do réu, pela apresentação de memoriais, no prazo de cinco dias.

QUESTÃO 16

Um indivíduo **A** foi acusado da prática de lesão corporal leve contra o indivíduo **B**. Oferecida a competente representação por **B**, foi realizada a audiência preliminar, sem êxito no que concerne à composição dos danos civis e recusada, por **A**, a proposta de Transação Penal. Designada a audiência de instrução e julgamento, o juiz, antes do recebimento da denúncia, deu a palavra ao defensor de **A** para responder à acusação. O defensor alegou, em defesa de **A**, que não havia exame de corpo de delito para provar a lesão corporal, apenas um boletim médico atestando a materialidade da infração. Arrolou, também na resposta prévia, as testemunhas, requerendo que elas fossem intimadas para realização da audiência de instrução, pois não estavam presentes no momento da audiência. O juiz, ao examinar a resposta do defensor de **A**, indeferiu o arrolamento de testemunhas e considerou que, na sistemática dos Juizados, o exame de corpo de delito é prescindível, pois a materialidade da lesão corporal já foi aferida por boletim médico.

Quanto à decisão do juiz, é correto afirmar:

- 01) O juiz agiu acertadamente apenas ao indeferir o arrolamento de testemunhas na resposta preliminar, porém errou ao dispensar o exame de corpo de delito para que se provasse a materialidade da infração. Nesse caso, deveria determinar que os autos fossem encaminhados à Justiça Comum para realização de perícia, já que essa é incompatível com a sistemática dos Juizados Criminais.
- 02) O juiz agiu acertadamente apenas ao considerar dispensável o exame de corpo de delito em face da materialidade comprovada por boletim médico. No entanto, errou ao indeferir o arrolamento de testemunhas, pois as testemunhas seriam indispensáveis ao regular exercício do direito de defesa.
- 03) O juiz agiu acertadamente ao indeferir o arrolamento de testemunhas na resposta preliminar, bem como ao dispensar o exame de corpo de delito para prova da materialidade da infração.
- 04) O juiz agiu acertadamente apenas ao indeferir o arrolamento de testemunhas na resposta preliminar e errou ao dispensar o exame de corpo de delito para que se provasse a materialidade da infração. Nesse caso, deveria rejeitar a denúncia.
- 05) O juiz errou ao dispensar o exame de corpo de delito para que se provasse a materialidade da infração, como também errou ao indeferir o arrolamento de testemunhas, pois as testemunhas seriam indispensáveis ao regular exercício do direito de defesa.

QUESTÃO 17

Quanto aos crimes previstos em legislação especial, a Lei 9.099/95 não se aplica em relação

- 01) aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, previstos na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), ainda que a pena máxima cominada seja igual ou inferior a dois anos.
- 02) aos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor, ainda que a pena máxima cominada seja igual ou inferior a dois anos.
- 03) aos crimes de sonegação fiscal, previstos na Lei 8.137/90, ainda que a pena máxima cominada seja igual ou inferior a dois anos.
- 04) aos crimes de aquisição de drogas para consumo pessoal, previstos no Art. 28 da Lei 11.343/06.
- 05) aos crimes militares próprios, ainda que a pena máxima cominada seja igual ou inferior a dois anos.

QUESTÃO 18

Duas pessoas, **A** e **B**, praticaram lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, delito previsto na Lei 9.503/98 (Código de Trânsito Brasileiro), com pena cominada em abstrato de detenção de seis meses a dois anos, e suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. **A**, no momento da prática da infração, não possuía Carteira de Habilitação, o que representa causa de aumento de pena de um terço à metade, na forma do Art. 303, parágrafo único, na Lei 9.503/98. **B**, por sua vez, praticou a infração sob a influência de álcool, circunstância que não representa acréscimo de pena para o delito de lesão corporal culposa.

Em relação à incidência de institutos, como o da Transação Penal e da Composição dos Danos Civis em relação aos casos descritos, é correto afirmar:

- 01) **A** tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, ainda que a pena máxima cominada ultrapasse o limite máximo de dois anos; **B** tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada à infração não supera o limite de dois anos, desde que presentes os demais requisitos legais que autorizam o benefício.
- 02) **A** tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, ainda que a pena máxima cominada ultrapasse o limite máximo de dois anos, desde que presentes os demais requisitos legais que autorizam o benefício; **B** não tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois o fato de o crime ter sido cometido sob a influência de álcool impede a concessão dos referidos benefícios.
- 03) **A** não tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada ultrapassa o limite máximo de dois anos, em face da causa de aumento; **B** tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada à infração não supera o limite de dois anos, desde que presentes os demais requisitos legais que autorizam o benefício.
- 04) **A** não tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada ultrapassa o limite máximo de dois anos, em face da causa de aumento; **B** não tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois o fato de o crime ter sido cometido sob a influência de álcool impede a concessão dos referidos benefícios.

- 05) **A** não tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada ultrapassa o limite máximo de dois anos, em face da causa de aumento; **B** tem direito à Transação Penal e à Composição dos Danos Civis, pois a pena máxima cominada à infração não supera o limite de dois anos, desde que ele não seja denunciado por outro crime em concurso material, situação em que a soma das penas ultrapassa o limite de dois anos e impede a concessão dos referidos benefícios.

QUESTÃO 19

Da decisão que recebe e da decisão que rejeita a denúncia ou a queixa, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, são cabíveis, respectivamente, os seguintes recursos:

- 01) *Habeas corpus* para a decisão que recebe a denúncia e apelação para a decisão que rejeita a denúncia.
- 02) *Habeas corpus* para a decisão que recebe a denúncia e recurso em sentido estrito para a decisão que rejeita a denúncia.
- 03) Apelação para a decisão que recebe a denúncia e apelação para a decisão que rejeita a denúncia.
- 04) Apelação, para a decisão que recebe a denúncia e recurso em sentido estrito para a decisão que rejeita a denúncia.
- 05) Recurso em sentido estrito para a decisão que recebe e recurso em sentido estrito para a decisão que rejeita a denúncia.

QUESTÃO 20

Sobre a competência, os atos de comunicação processual a presença do Ministério Público, é correto afirmar:

- 01) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de médio potencial ofensivo, independentemente das regras de conexão e continência.
- 02) O Juizado Especial Criminal tem competência para julgar crimes cometidos em concurso material em que a pena de cada um, isoladamente, seja inferior a dois anos, mas que a soma máxima das penas exceda ao limite de dois anos.
- 03) Dos atos praticados em audiência, deverá haver necessariamente intimação das partes, dos interessados e de seus respectivos advogados por intermédio de publicação na imprensa oficial.
- 04) É obrigatória constar, no ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na falta desse, ser-lhe-á designado defensor público.
- 05) Na audiência preliminar a que se refere o Art. 72 da Lei 9.099/95, não é necessária a presença do Ministério Público.

Direito Constitucional — Questões de 21 a 30**QUESTÃO 21**

A Constituição, no sentido sociológico, tal como pensada por Ferdinand Lassale, é

- 01) a decisão política fundamental, que define o particular modo de ser do ente estatal.
- 02) é a essência, a maneira como o Estado se organiza, sem qualquer influência de fatores políticos ou sociais.
- 03) é a norma hipotética fundamental, ou seja, o fundamento lógico que antecede a própria edição da constituição positiva.
- 04) é a lei fundamental do Estado, a norma positiva que condiciona a edição das normas infraconstitucionais.
- 05) é a soma dos fatores reais do poder que formam e regem um determinado Estado.

QUESTÃO 22

A Carta Magna de 1988 admite reforma do seu texto para a adequação às necessidades sociopolíticas atuais. Entretanto, se por um processo informal é modificada a forma de interpretar as suas normas jurídico-constitucionais, sem qualquer alteração efetiva em seu texto, está-se tratando

- 01) da mutação constitucional.
- 02) do poder constituinte derivado de revisão.
- 03) do poder constituinte derivado decorrente.
- 04) do poder constituinte derivado reformador.
- 05) do poder constituinte originário.

QUESTÃO 23

A Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, acrescentou o § 3º ao Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelecendo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando aprovados em cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Tal fato tornou possível defender a existência, na ordem jurídico-constitucional brasileira, de

- 01) leis infraconstitucionais fora do corpo da Constituição Federal de 1988.
- 02) leis formalmente constitucionais fora do corpo da Constituição Federal de 1988.
- 03) leis materialmente constitucionais dentro do corpo da Constituição Federal de 1988.
- 04) leis materialmente constitucionais fora do corpo da Constituição Federal de 1988.
- 05) leis infraconstitucionais dentro do corpo da Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 24

Hans Kelsen, com a sua Teoria pura do direito, introduziu a idéia de um escalonamento de leis, de uma verdadeira hierarquia entre as normas que compõem a ordem jurídica de um Estado, na qual as de hierarquia inferior extraem seu fundamento de validade das normas superiores, até se chegar à constituição jurídico-positiva, que se encontra no ápice da pirâmide normativa estatal (Princípio da Compatibilidade Vertical). Já a Suprema Corte Norte-Americana, na famosa decisão do caso *Marbury versus Madison*, por intermédio do *Chief of Justice*, o juiz John Marshall, concluiu que as normas infraconstitucionais deveriam adequar-se aos ditames constitucionais, sob pena de serem consideradas nulas, sendo certo que tal controle deveria ser realizado pelo Poder Judiciário.

Com base no texto, é possível afirmar:

- 01) A doutrina de Hans Kelsen deu origem ao controle difuso de constitucionalidade, que não é permitido na ordem jurídico-constitucional brasileira.
- 02) O caso *Marbury versus Madison* deu origem ao controle concentrado de constitucionalidade, sendo certo que tal controle, na ordem jurídico-constitucional brasileira, é entregue a qualquer juiz ou tribunal.
- 03) Tanto a doutrina de Hans Kelsen quanto o caso *Marbury versus Madison* tratam do controle social da constitucionalidade das leis infraconstitucionais, aceito apenas nos Estados Unidos da América e em parte dos países da Europa.

- 04) A doutrina de Hans Kelsen e o caso *Marbury versus Madison* não tratam de controle de constitucionalidade.
- 05) A doutrina de Hans Kelsen deu origem ao controle concentrado de constitucionalidade e o julgamento do caso *Marbury versus Madison* deu origem ao controle difuso de constitucionalidade, ambos aceitos pela ordem jurídico-constitucional brasileira.

QUESTÃO 25

Na ordem jurídico-constitucional brasileira, são passíveis de controle de constitucionalidade as normas jurídicas infraconstitucionais gerais, abstratas e autônomas. O bloco de constitucionalidade, por seu turno, também chamado de parâmetro de constitucionalidade, é a norma ou o conjunto de normas jurídicas constitucionais que são utilizadas como paradigmas para a análise da compatibilidade de algum diploma normativo infraconstitucional com os preceitos constitucionais.

À vista de tais informações, é correto afirmar, respectivamente,

- 01) as emendas constitucionais não são passíveis de controle de constitucionalidade e o preâmbulo constitucional é utilizado como parâmetro de constitucionalidade.
- 02) os regulamentos de execução da lei são passíveis de controle de constitucionalidade e os atos das disposições constitucionais transitórias não formam o bloco de constitucionalidade.
- 03) os tratados e acordos internacionais, desde que a República Federativa do Brasil deles seja signatária e o Congresso Nacional os tenha referendado, são passíveis de controle de constitucionalidade e os atos das disposições constitucionais transitórias são parâmetros de constitucionalidade.
- 04) os atos normativos secundários são passíveis de controle de constitucionalidade e as cláusulas pétreas implícitas não são utilizadas como paradigmas de constitucionalidade.
- 05) as medidas provisórias, dado o seu caráter efêmero, não são passíveis de controle de constitucionalidade e as cláusulas pétreas são utilizadas como paradigmas de constitucionalidade.

QUESTÃO 26

A Súmula Vinculante 10 do Supremo Tribunal Federal assim estabelece:

Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, Art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta a sua incidência, no todo ou em parte.

Da análise dessa afirmação, é correto concluir:

- 01) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia pode, na via difusa, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por seu órgão especial, desde que pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 02) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia pode, na via concentrada, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por seu órgão plenário, desde que pelo voto de dois terços dos seus membros.
- 03) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia não pode conhecer, na via difusa, de questão constitucional.
- 04) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia pode, na via concentrada, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por seu órgão plenário, desde que pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 05) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia pode, na via difusa, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por seu órgão especial, desde que pelo voto de três quintos de seus membros.

QUESTÃO 27

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado

- 01) um direito fundamental de primeira geração, já que expressa uma liberdade clássica, negativa ou formal ou uma liberdade-participação.
- 02) um direito fundamental de segunda geração, já que expressa uma liberdade concreta, positiva ou real.
- 03) um direito fundamental de terceira geração, já que trata de interesses transindividuais ou metaindividuais.
- 04) um direito fundamental de quarta geração, já que espelha direitos sociais, econômicos e culturais.
- 05) um direito fundamental de quinta geração, já que se relaciona com o novo fenômeno da rede mundial de computadores, a *internet*.

QUESTÃO 28

O Art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim está redigido:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

Sobre tal dispositivo, é correto afirmar:

- 01) Trata do sentido funcional da Administração Pública, encontrado em todos os órgãos e entidades dos três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo certo que os últimos são compostos apenas de Poder Executivo e Legislativo.
- 02) Trata do sentido orgânico da Administração Pública, encontrado apenas no âmbito do Poder Executivo.
- 03) Trata do sentido objetivo da Administração Pública, encontrado em todos os órgãos e entidades dos três poderes apenas da União e dos estados.
- 04) Trata do sentido subjetivo da Administração Pública, encontrado em todos os órgãos e entidades apenas dos dois poderes dos municípios.
- 05) Trata do sentido material da Administração Pública, encontrado em todos os órgãos e entidades dos três poderes apenas dos estados.

QUESTÃO 29

Michel Temer, sobre o mandado de segurança, assim aduziu:

O mandado de segurança é conferido aos indivíduos para que eles se defendam de atos ilegais ou praticados com abuso de poder. Portanto, tanto os atos vinculados quanto os atos discricionários são atacáveis por mandado de segurança, porque a Constituição Federal e a lei ordinária, ao aludirem a ilegalidade, estão se reportando ao ato vinculado, e ao se referirem a abuso de poder estão se reportando ao ato discricionário (TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2004).

Sobre a disciplina de tal remédio heroico, com a conformação jurídica que lhe deu a Lei 12.016/2009, é possível afirmar:

- 01) Somente cabe a impetração de mandado de segurança individual contra lei em tese.
- 02) O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer de mandado de segurança quando a autoridade coatora for o Procurador Geral da República.
- 03) Cabe dilação probatória em sede de tal ação constitucional, já que visa à busca da verdade material.
- 04) Somente visa à preservação de direito de índole constitucional.
- 05) Não cabe a impetração de mandado de segurança individual contra as decisões dos Tribunais de Contas, apesar de ilegais, já que são definitivas.

QUESTÃO 30

Sobre a limitação que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 impõe ao poder estatal de tributar, é **incorreto** afirmar:

- 01) É vedada a utilização de tributo com efeito de confisco.
- 02) Somente lei em sentido estrito pode exigir ou aumentar tributo.
- 03) O Estado está sujeito ao princípio nonagesimal, ou seja, somente pode cobrar tributo após noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, observado, entretanto, o princípio da anterioridade.
- 04) As autarquias não gozam da chamada imunidade tributária recíproca.
- 05) Os entes federativos não podem instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.

Direito Processual Civil — Questões de 31 a 40**QUESTÃO 31**

Quando uma nova lei processual civil entra em vigor, é correto afirmar, **exceto**:

- 01) Atinge processos em curso.
- 02) Atinge os efeitos dos atos processuais já praticados.
- 03) Não atinge atos processuais já praticados e seus efeitos.
- 04) Atinge processos a serem iniciados.
- 05) Não atinge atos processuais já praticados, ressalvando o Superior Tribunal de Justiça, STJ, a possibilidade da Lei nº 8.009/90 retroagir para ser aplicada à penhora realizada antes da sua vigência.

QUESTÃO 32

Formulado pedido certo e determinado, o Superior Tribunal de Justiça, STJ, admite que

- 01) ambas as partes, independentemente de prejuízo, arguem o vício da sentença ilíquida e peçam, em grau de recurso, sua invalidação.
- 02) ambas as partes arguem o vício da sentença ilíquida e peçam sua invalidação, em grau de recurso, tendo em vista ser o prejuízo presumido.
- 03) ambas as partes, demonstrando o prejuízo, arguem o vício da sentença ilíquida e peçam sua invalidação.
- 04) somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.
- 05) somente o réu tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.

QUESTÃO 33

O Art. 333, do Código de Processo Civil, adotou uma distribuição

- 01) estática do ônus de prova, não se admitindo inversões convencionais ou judiciais.
- 02) dinâmica do ônus de prova, impondo o encargo de produzir provas sobre aquele que tem melhores condições de atendê-lo.
- 03) estática do ônus de prova, mas uma interpretação sistemática e constitucional do dispositivo tem justificado uma distribuição dinâmica, impondo o encargo de produzir provas sobre aquele que tem melhores condições de atendê-lo.
- 04) estática do ônus de prova, admitindo o próprio Código de Processo Civil, e o Código de Defesa do Consumidor inversões judiciais.
- 05) estática do ônus de prova, admitindo o legislador processual civil inversões convencionais independentemente da natureza do direito discutido.

Questões 34 e 35

Tendo em vista a cobrança de dívida já paga e a inscrição indevida do seu nome em órgão de proteção ao crédito, um cidadão ajuizou uma ação em face da empresa responsável, requerendo

- concessão do benefício da justiça gratuita;
- retirada do seu nome do órgão de proteção ao crédito, através de medida antecipatória dos efeitos da tutela a ser, ao final, confirmada em sentença;
- declaração de inexistência de dívida;
- condenação da empresa ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, no valor de R\$50.000,00.

QUESTÃO 34

Devidamente tramitado o feito, o juiz, ao proferir a sentença final, poderá,

- 01) ao acolher o pedido do autor de condenação da empresa demandada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, fazer incidir juros legais e correção monetária, ainda que não tenha sido objeto de pedido.
- 02) ao acolher o pedido do autor de condenação da empresa demandada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, condenar a empresa demandada ao pagamento de indenização por danos morais e danos materiais.
- 03) ao reconhecer a derrota do autor ao qual já tenha sido concedido o benefício da gratuidade, desobrigá-lo a arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios, nem mesmo se houver um incremento superveniente de sua fortuna que o permita custeá-las, sem prejuízo do sustento próprio ou familiar.
- 04) ao acolher o pedido do autor de condenação da empresa demandada, condenar a empresa ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$70.000,00, em nome do princípio da dignidade da pessoa humana.
- 05) reconhecer a derrota do autor ao qual já tenha sido concedido o benefício da gratuidade, sendo a ele vedado revogar, de ofício, esse benefício liminarmente concedido, ainda que haja prova nos autos da inexistência ou do desaparecimento dos requisitos essenciais à concessão do dito benefício.

QUESTÃO 35

O juiz, ao receber a petição inicial da demanda, concedeu a medida antecipatória solicitada para determinar retirada do nome do autor do órgão de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R\$1.000,00. A medida não foi cumprida. Assim, ao proferir a sentença final, o juiz confirma a medida antecipatória, para manter a determinação de retirada do nome do autor do órgão de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R\$2.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar:

- 01) Transitada em julgado a decisão da causa, não se admite que o juiz aumente o valor da multa, caso se revele insuficiente para forçar o devedor a cumprir a obrigação.
- 02) Transitada em julgado a decisão da causa, admite-se que o juiz aumente o valor da multa, caso se revele insuficiente para forçar o devedor a cumprir a obrigação, não sendo possível, no entanto, mudar a medida de coerção.
- 03) Transitada em julgado a decisão da causa, admite-se que o juiz aumente o valor da multa, caso se revele insuficiente para forçar o devedor a cumprir a obrigação, ou, até mesmo, mude a medida de coerção, só não sendo possível que se valha de medida que não esteja expressamente tipificada em lei.

- 04) O valor da multa pelo não cumprimento da obrigação será revertido ao Estado, pelo desrespeito à autoridade do juiz, que só poderá cobrá-lo depois de transitada em julgado a decisão da causa, se confirmada a derrota da empresa demandada.
- 05) Transitada em julgado a decisão da causa, admite-se que o juiz aumente o valor da multa, caso se revele insuficiente para forçar o devedor a cumprir a obrigação, que mude a medida de coerção demonstrando-se a multa inadequada, e, até mesmo, se valha de medida que não esteja expressamente tipificada em lei, desde que seja razoável e proporcional à luz do caso concreto.

QUESTÃO 36

Com base nas regras sobre recursos cíveis, é correto afirmar:

- 01) Contra a decisão que encerra fase de liquidação de sentença, segundo o texto literal da lei, caberá agravo de instrumento.
- 02) Contra a decisão que indefere a antecipação dos efeitos da tutela, cabe recurso de agravo de instrumento, não se admitindo embargos de declaração, ainda que em caso de omissão, obscuridade ou contradição, porquanto se trate de decisão interlocutória.
- 03) A decisão que resolver a impugnação de executado, segundo o texto literal da lei, é recorrível mediante agravo de instrumento, ainda quando importar extinção da execução.
- 04) Cabe agravo interno contra decisão do relator que converte o agravo de instrumento em agravo retido.
- 05) Cabe agravo interno contra decisão do relator que atribui efeito suspensivo ao agravo de instrumento, ou defere, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.

QUESTÃO 37

Estabelece o legislador processual civil sobre o litisconsórcio, que o juiz

- 01) não pode limitar o número de litisconsortes facultativos, em nome do direito fundamental de acesso à justiça.
- 02) não pode limitar o número de litisconsortes facultativos quando houver afinidade de questões de fato e de direito por eles arguidas, em nome do direito fundamental de acesso à justiça.
- 03) pode limitar o número de litisconsortes facultativos e necessários, em nome da celeridade processual, do contraditório e da ampla defesa para o adversário.
- 04) pode limitar o número de litisconsortes facultativos, em nome da celeridade processual, do contraditório e da ampla defesa para o adversário.
- 05) pode limitar o número de litisconsortes facultativos ativos, em nome da celeridade processual, do contraditório e da ampla defesa, a pedido do réu, o que suspenderá seu prazo para resposta.

QUESTÃO 38

Na execução de título extrajudicial, o executado defende-se pelos embargos de devedor que

- 01) dependem de prévia penhora, depósito ou caução.
- 02) têm efeito suspensivo por força de lei.
- 03) dependem de prévia penhora, depósito ou caução para concessão de efeito suspensivo pelo juiz.
- 04) dependem de prévia penhora, depósito ou caução para que tenha efeito suspensivo atribuído automaticamente por lei.
- 05) quando recebidos com efeito suspensivo, segundo a lei, continuará definitiva a execução, mesmo enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos.

QUESTÃO 39

Ajuizada ação de investigação de paternidade e realizado exame de DNA, fica constatado que o réu não é genitor do autor, quando,

- 01) de acordo com a teoria da asserção, se deve reconhecer a ilegitimidade do réu para a causa, dando-se pela carência da ação, por sentença que não resolve o mérito.
- 02) de acordo com a teoria da asserção, se deve dar sentença de improcedência do pedido, já que a ausência de condição da ação, quando analisada no curso do processo, sobretudo depois da produção de provas, é questão de mérito.
- 03) de acordo com a teoria da prospecção, se deve julgar improcedente a ação, porquanto a ilegitimidade do réu, enquanto ausência de condição da ação, deve ser examinada a qualquer tempo como questão de mérito.
- 04) de acordo com a teoria da prospecção, se deve reconhecer a carência de ação, por sentença que não resolve o mérito, já que a ilegitimidade do réu, enquanto ausência de condição da ação, deve ser examinada a qualquer tempo como questão de admissibilidade.
- 05) de acordo com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, se deve proferir sentença de carência de ação, que não resolve o mérito, admitindo-se, portanto, a repropositura da ação, independentemente da correção do vício.

QUESTÃO 40

Uma das características da medida cautelar é a temporariedade de seus efeitos, sendo, portanto, **incorreto** afirmar:

- 01) A eficácia da medida cautelar não cessa, de imediato, se o juiz declarar extinto o processo principal sem resolução do mérito, caso em que cabe mantê-la eficaz no prazo previsto em lei, para o caso de repropositura da ação principal.
- 02) Se ocorrer a cessação da eficácia da medida, em qualquer dos casos previstos no Art. 808, do Código de Processo Civil, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.
- 03) Há cessação da eficácia da medida se não for executada dentro de 30 dias.
- 04) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- 05) Se ocorrer a cessação da eficácia da medida, em qualquer dos casos previstos no Art. 808, do Código de Processo Civil, o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida.

Direito Civil — Questões de 41 a 50**QUESTÃO 41**

Sobre contrato de compra e venda, é correto afirmar:

- 01) Não é nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- 02) Não sendo a venda a crédito, o vendedor é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- 03) O contrato de compra e venda pode ter por objeto uma coisa futura incerta.
- 04) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- 05) Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão, ou se determinar a respectiva área, e essa não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.

QUESTÃO 42

São características dos direitos reais

- 01) legalidade e tipicidade; taxatividade; publicidade; eficácia *erga omnes*, inércia ou aderência e seqüela.
- 02) princípio da autonomia privada da vontade; taxatividade; publicidade; eficácia *erga omnes*.
- 03) legalidade e tipicidade; taxatividade; publicidade; eficácia interpartes, inércia ou aderência e seqüela.
- 04) princípio da autonomia privada da vontade, taxatividade; publicidade; eficácia interpartes, inércia ou aderência e seqüela.
- 05) legalidade e tipicidade; relatividade; publicidade; eficácia *erga omnes*, inércia ou aderência e seqüela.

QUESTÃO 43

Sobre obrigações, é correto afirmar:

- 01) A Novação sem a participação do fiador não o desobriga ao pagamento das obrigações até a entrega das chaves, se assim se havia estipulado no contrato de locação.
- 02) A Transação realizada fora do Juízo, quando já havia processo, mesmo que assinada por duas testemunhas, não pode ser executada.
- 03) Consignação é o pagamento realizado, apenas, quando o credor entra em mora.
- 04) Assunção de dívida exige a anuência do credor, que não pode ser prejudicado com negócios alheios à sua vontade.
- 05) A cessão de crédito exige, para validade, anuência prévia do devedor.

QUESTÃO 44

Sobre prescrição e decadência, pode-se afirmar:

- 01) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegar em qualquer grau de jurisdição, porém pode o juiz supri-la.
- 02) A prescrição das ações patrimoniais pode ser, *ex officio*, decretada pelo juiz.
- 03) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- 04) A decadência resultante de prazo extintivo imposto pela lei pode ser renunciada pelas partes.
- 05) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

QUESTÃO 45

Os direitos autorais são bens

- | | |
|------------------|-----------------|
| 01) móveis. | 04) singulares. |
| 02) imóveis. | 05) fungíveis. |
| 03) consumíveis. | |

QUESTÃO 46

Sobre negócio jurídico, é correto afirmar:

- 01) Tratando-se de estado de perigo, não é possível que o grave dano ocorra com pessoa não pertencente à família do declarante.
- 02) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- 03) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder por todos os danos causados.
- 04) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- 05) A impossibilidade inicial do objeto poderá invalidar o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

QUESTÃO 47

Sobre a ocorrência do inadimplemento das obrigações, é correto afirmar:

- 01) Não é permitida a cumulação da multa contratual com os honorários advocatícios.
- 02) Os juros de mora são calculados a partir do evento danoso.
- 03) A propositura da ação de revisão de contrato inibe a caracterização da mora do autor.
- 04) A culpa do inadimplente não precisa ser comprovada para que seja aplicada a cláusula penal.
- 05) Ao se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, essa converter-se-á em alternativa a benefício do credor.

QUESTÃO 48

O Art. 757 estabelece que: Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

Sobre o assunto, é incorreto afirmar:

- 01) As companhias de seguro não podem funcionar sem prévia autorização.
- 02) O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.
- 03) Nulo será o contrato para garantia de risco proveniente de ato culposo do segurado, do beneficiário, ou de representante de um ou de outro.
- 04) O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.
- 05) Os seguros de danos têm caráter indenitário.

QUESTÃO 49

Quanto ao instituto do mútuo, pode-se afirmar, **exceto**:

- 01) Empréstimo de coisa fungível.
- 02) O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.
- 03) O mutuante não pode exigir garantia da restituição, se antes do vencimento o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.
- 04) O prazo do mútuo será de trinta dias, pelo menos, se for de dinheiro.
- 05) O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.

QUESTÃO 50

No tocante à propriedade, é correto afirmar:

- 01) O adquirente continua a ser havido como dono do imóvel enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento.
- 02) Aquele que restituir a coisa achada terá direito a uma recompensa não inferior a dez por cento do seu valor, e à indenização pelas despesas que houver feito com a conservação e transporte da coisa, se o dono não preferir abandoná-la.
- 03) Usucapião ordinária ocorre quando aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- 04) Nos casos de desapropriação, o proprietário só poderá ser privado da coisa nos casos de necessidade ou de utilidade pública ou de interesse social.
- 05) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

Direito do Consumidor — Questões de 51 a 60**QUESTÃO 51**

O Art. 13, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor dispõe:

O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando

- I. o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;
- II. o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;
- II. não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único — Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Sobre o assunto, é **incorreto** afirmar:

- 01) O direito de regresso poderá ser exercido nos mesmos autos da ação de responsabilidade ou em ação autônoma.
- 02) A responsabilidade do comerciante é meramente subsidiária, ficando liberado da obrigação de reparar o dano, se provar que não ajudou a colocar o produto no mercado e que não existe ou existia defeito no produto.
- 03) Existe vínculo contratual entre o fabricante e o comerciante e entre o fabricante e o importador.
- 04) O ônus da prova de culpa exclusiva do comerciante é dos fornecedores.
- 05) No direito de regresso, os outros fornecedores são considerados terceiros.

QUESTÃO 52

Sobre os direitos básicos do consumidor, previsto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar, **exceto**:

- 01) Os consumidores e terceiros não envolvidos em dada relação de consumo têm direito de não ser expostos a perigos que atinjam a sua incolumidade física.
- 02) Assegura-se ao consumidor o direito de postular a modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, consagrando a via da revisão dos contratos.
- 03) Assegura-se ao consumidor proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- 04) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, a que se obrigará o juiz se perceber a verossimilhança na alegação ou quando for ela hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- 05) Assegura-se ao consumidor proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

QUESTÃO 53

No tocante à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é correto afirmar:

- 01) Produtor é aquele que coloca no mercado de consumo produtos não industrializados, abrangendo produtos de origem vegetal e animal.
- 02) O dever de segurança e qualidade será ilimitado, tratando-se de uma segurança absoluta para evitar o defeito na prestação do serviço.
- 03) Todos os fornecedores que introduzem o produto no mercado devem ser responsabilizados pelos danos causados.
- 04) O construtor é aquele que introduz produtos móveis ou imóveis no mercado de consumo, respondendo solidariamente com o fabricante do produto defeituoso.
- 05) Para se saber se um produto é defeituoso, não é necessário provar a data em que ele foi colocado em circulação, respondendo o fornecedor pelos danos que vierem a ser causados.

QUESTÃO 54

Sobre praticas abusivas, é vedado ao fornecedor, **exceto**

- 01) deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.
- 02) elevar o preço de produtos ou serviços.
- 03) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.
- 04) repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.
- 05) prevalecer-se da fraqueza ou da ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para lhe impingir seus produtos ou serviços.

QUESTÃO 55

Sobre banco de dados e cadastros de consumidores, é correto afirmar:

- 01) Consumada a decadência relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- 02) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada verbalmente ao consumidor, mesmo quando não solicitada por ele.
- 03) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dez dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- 04) Os danos decorrentes do ato ilícito, pela inserção indevida, nesses cadastros, só podem ser de origem patrimonial.
- 05) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

QUESTÃO 56

Tratando-se da responsabilidade de vícios do produto e do serviço, é correto afirmar:

- 01) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto em lei, não podendo ser inferior a dez, nem superior a cento e oitenta dias.
- 02) Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convenionada em separado, por meio de manifestação tácita do consumidor.
- 03) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o produtor imediato.
- 04) A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
- 05) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do produtor de empregar componentes de reposição originais adequados, novos ou com características simulares, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a esses últimos, tenham autorização em contrário do consumidor.

QUESTÃO 57

Com base no Código de Defesa do Consumidor, é **incorreto** afirmar:

- 01) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- 02) São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade.
- 03) Tratando-se de vício oculto, o prazo prescricional inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- 04) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por esse Código, são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.
- 05) A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

QUESTÃO 58

São produtos impróprios ao uso e ao consumo

- 01) aqueles fornecidos sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
- 02) os perecíveis sem data de validade.
- 03) aqueles com vícios de qualidade ou quantidade.
- 04) aqueles que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- 05) aqueles cujos prazos de validade estejam vencidos ou com data de validade próxima.

QUESTÃO 59

Sobre as sanções administrativas previstas pelo Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- 01) A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.
- 02) São sanções administrativas suspensão de fabricação do produto, multa, intervenção administrativa e imposição de contrapropaganda.
- 03) A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal.
- 04) As providências administrativas de apreensão de produtos se submetem à necessidade de prova dos riscos ou das características dos produtos que determinem a possibilidade de prejuízo à saúde e à segurança do consumidor.
- 05) O fornecedor que sofrer sanções administrativas não poderá sofrer cumulativamente diversas sanções, porém poderá sofrer as sanções cíveis e criminais a que esteja sujeito.

QUESTÃO 60

Dos crimes contra as relações de consumo previsto no Código de Defesa do Consumidor, **exclui-se**

- 01) omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou a periculosidade de produtos nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade.
- 02) deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou a periculosidade de produtos cujo conhecimento seja anterior à sua colocação no mercado.
- 03) fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou à segurança.
- 04) empregar, na reparação de produtos, peças ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.
- 05) executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.

Direito Processual Penal — Questões de 61 a 70

QUESTÃO 61

No que se refere ao instituto da remição, é **incorreto** afirmar:

- 01) O condenado que está cumprindo pena privativa de liberdade perde o direito à remição do período trabalhado ao cometer falta grave, não se cogitando de eventual direito adquirido ao tempo remido.
- 02) A Lei 7.210/84 de Execução Penal somente autoriza a remição da pena para o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto, não autorizando tal benefício para o condenado que cumpre pena em regime aberto.
- 03) Admite-se, além da remição pelo trabalho, a remição pelo estudo, sendo possível ao condenado acumular os benefícios.
- 04) Ficará suspenso o benefício da remição enquanto o preso ficar, por acidente, impossibilitado de prosseguir no trabalho, recomeçando a contagem do prazo após o restabelecimento da saúde do condenado.
- 05) O tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

QUESTÃO 62

Um indivíduo foi denunciado pela prática do delito de estelionato, praticado no município de Vitória da Conquista. Oferecida a denúncia perante uma das varas criminais daquela Comarca, o denunciado ofereceu defesa preliminar, na qual arrolou testemunhas de defesa, uma delas residente e domiciliada no município de Jequié. Expedida a competente carta precatória, foi designada, pelo Juízo Deprecado, audiência com o fito de ser ouvida a testemunha arrolada pela defesa do denunciado. Ocorre que, pouco antes de aberta a audiência, o juiz do Juízo Deprecado percebe que o denunciado, presente no ato, oferece vantagem econômica à testemunha para que ela faça afirmação falsa no processo em que vai depor sobre determinadas circunstâncias pessoais do denunciado, que podem influenciar favoravelmente numa eventual dosimetria da pena.

Nesse caso, o Juízo competente para processar e julgar a presente ação penal é

- 01) do Juízo Deprecado (Jequié).
- 02) do Juízo Deprecante (Vitória da Conquista).
- 03) resolvido por prevenção.
- 04) determinado pela residência ou domicílio do réu.
- 05) do Juízo Deprecado (Jequié) somente se houver, naquela Comarca, a prisão em flagrante do denunciado. Não havendo prisão em flagrante, a competência será do Juízo Deprecante (Vitória da Conquista).

QUESTÃO 63

Dois indivíduos, **A** e **B**, estão sendo processados pela prática de crime contra a ordem tributária em concurso de pessoas. Seguindo o processo seu trâmite regular, o Juízo de Primeiro Grau declarou extinta a punibilidade de **A**, pelo fato de este ter completado 70 anos antes de proferida a sentença, e absolveu, no mérito, **B**, julgando improcedente a denúncia. Intimado da sentença, o Ministério Público ofereceu apelação da decisão, oferecendo a petição de interposição do recurso no prazo de cinco dias. Intimado para oferecer as razões, o fez no prazo de oito dias.

Nesse caso, pode-se afirmar:

- 01) A apelação é o recurso cabível para a absolvição, e o recurso em sentido estrito é o recurso cabível para decisão que extingue a punibilidade, não sendo possível receber a apelação como recurso em sentido estrito, pois o oferecimento das razões foi intempestiva.
- 02) A apelação é o recurso cabível para a absolvição, e o recurso em sentido estrito é o recurso cabível para decisão que extingue a punibilidade, só que, na forma do Art. 579 do Código de Processo Penal, *a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro*, de modo que é possível receber a apelação como recurso em sentido estrito.

- 03) O recurso em sentido estrito é o recurso cabível para ambas as decisões, e o recurso é tempestivo.
- 04) A apelação é o recurso cabível para ambas as decisões, e o recurso é tempestivo.
- 05) A apelação é o recurso cabível para ambas as decisões, e o recurso é intempestivo.

QUESTÃO 64

Sobre a prisão temporária, é correto afirmar:

- 01) Não é necessária a prévia manifestação do Ministério Público quando a representação pela prisão temporária for feita por autoridade policial.
- 02) O prazo da prisão temporária será de cinco dias, que será automaticamente prorrogado por novo prazo, independentemente de nova decisão judicial. No entanto, a autoridade policial deverá colocar o preso imediatamente em liberdade findo o prazo da prorrogação, se não houver decretação de prisão preventiva.
- 03) Não pode ser decretada pelo juiz de ofício, mas apenas em decorrência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público.
- 04) É cabível a decretação de prisão temporária após encerrada a instrução processual, em relação aos fatos referidos na denúncia ou na queixa.
- 05) O juiz terá o prazo de 24 horas para se manifestar, fundamentadamente, sobre a necessidade de prorrogação.

QUESTÃO 65

Foi oferecida denúncia contra um sujeito, pela prática do crime de Exploração de Prestígio (CP, Art. 357). Seguindo o processo seu trâmite regular, o sujeito foi condenado à pena mínima prevista para o tipo, ou seja, um ano de reclusão e dez dias-multa. Apenas o réu recorreu, alegando, em preliminar, a incompetência do Juízo, e, no mérito, requereu a possibilidade de substituição da pena por pena restritiva de direitos. O Tribunal de Justiça, acolhendo o recurso da defesa, anulou a sentença, reconhecendo a incompetência absoluta do Juízo de Primeiro Grau, remetendo os autos à autoridade judicial competente.

Nesse caso, é correto afirmar:

- 01) A autoridade Judicial de Primeira Instância deverá julgar novamente o feito. No entanto, como o recurso da defesa não pediu a absolvição do réu, a autoridade Judicial de Primeira Instância deverá manter a condenação, cabendo apenas examinar o pedido de substituição por pena alternativa.
- 02) A autoridade Judicial de Primeira Instância deverá julgar novamente o feito, podendo absolver ou condenar o réu. Contudo, em caso de nova condenação, a pena não poderá exceder os limites fixados pelo Juízo incompetente.
- 03) A autoridade Judicial de Primeira Instância deverá julgar novamente o feito, podendo absolver ou condenar o réu, inclusive a pena superior àquela fixada pela autoridade Judicial incompetente.
- 04) Se a incompetência não for absoluta, a autoridade Judicial de Primeira Instância deverá simplesmente homologar a decisão do Juízo incompetente.
- 05) A autoridade Judicial de Primeira Instância deverá julgar novamente o feito, podendo absolver ou condenar o réu. Contudo, em caso de nova condenação, a pena poderá ultrapassar o mínimo legal, mas não poderão ser consideradas qualificadoras ou agravantes que não tenham constado da denúncia.

QUESTÃO 66

A situação em que o *habeas corpus* é medida de impugnação cabível é

- 01) para trancar processo em curso por infração penal em que a pena pecuniária seja a única cominada.
- 02) para que o advogado consiga ter acesso aos autos de inquérito policial.
- 03) contra a decisão que inadmitte assistente de acusação.
- 04) para se pedir o desentranhamento de prova ilícita dos autos de inquérito policial ou de ação penal.
- 05) para se obter restituição de coisas apreendidas.

QUESTÃO 67

Um indivíduo **A** foi acusado de ter praticado um furto de um relógio pertencente ao indivíduo **B**. Abordado por policiais, **A** foi constrangido, mediante grave ameaça, a indicar uma testemunha que presenciara o fato. Assim, **A** mencionou que **C** presenciara o furto. No inquérito policial, **B** reconheceu **A** como autor do furto. **A** valeu-se do direito de permanecer calado. **C** também reconheceu **A** como autor do furto. Oferecida a denúncia e realizada a audiência de instrução, **B** disse não ter mais certeza quanto ao reconhecimento de **A**; **C** manteve o reconhecimento feito no inquérito, e **A**, ao ser interrogado, permaneceu calado.

Chegando ao conhecimento do juiz todos os fatos aqui narrados, pode-se afirmar que

- 01) há fundamento para a condenação, pois o reconhecimento feito pelo ofendido e por uma testemunha no inquérito policial, sendo o depoimento da testemunha confirmado em juízo, é suficiente para embasar uma sentença condenatória.
- 02) há fundamento para a condenação, pois, embora o ofendido não tenha reconhecido o réu em Juízo, seu reconhecimento no inquérito é suficiente para embasar a condenação. Deve ser descartado, todavia, o depoimento da testemunha, pois esse depoimento é considerado ilícito por derivação.
- 03) há fundamento para a condenação, pois o depoimento da testemunha em Juízo, reconhecendo o acusado como autor do fato, é suficiente para fundamentar a condenação. As declarações do ofendido no inquérito policial, como não confirmadas em Juízo, não podem fundamentar exclusivamente a condenação, mas podem ser consideradas conjuntamente com o depoimento da testemunha.
- 04) não há fundamento para a condenação porque toda a prova colhida no processo, tanto o depoimento do ofendido quanto o depoimento da testemunha, são ilícitos. Além disso, o silêncio não pode ser interpretado em prejuízo da defesa.
- 05) não há fundamento para a condenação, pois as declarações do ofendido no inquérito policial, como não confirmadas em Juízo, não podem fundamentar exclusivamente a condenação. Além disso, o depoimento da testemunha é considerado ilícito por derivação, não podendo servir como prova para condenação.

QUESTÃO 68

Um servidor público está sendo acusado de prática de crime de responsabilidade de funcionário público, delito apenado com reclusão e inafiançável. Instaurado o competente inquérito policial, foi relatado pela autoridade policial e encaminhado ao Ministério Público, que ofereceu a denúncia. A peça acusatória foi recebida pelo juiz, que determinou a citação do servidor para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias. O defensor do acusado arguiu nulidade do processo, porque não foi determinada a notificação do servidor para, que antes do recebimento da denúncia, oferecesse sua resposta, por escrito, no prazo de quinze dias.

Face ao exposto, pode-se concluir:

- 01) O defensor do réu tem razão, pois a notificação do acusado para oferecer resposta preliminar, antes do recebimento da denúncia, é procedimento obrigatório nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, e sua ausência é caso de nulidade absoluta.
- 02) O defensor do réu não tem razão por apenas um único fundamento, é desnecessária a resposta preliminar de que trata o Art. 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.
- 03) O defensor do réu não tem razão, porque é desnecessária a resposta preliminar de que trata o Art. 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial, e, além disso, a resposta preliminar de que trata o Art. 514 do Código de Processo Penal somente é prevista para os crimes afiançáveis.
- 04) O defensor do réu não tem razão por apenas um único fundamento, a resposta preliminar de que trata o Art. 514 do Código de Processo Penal somente é prevista para os crimes afiançáveis.
- 05) Tem razão o defensor do réu, pois a notificação do acusado para oferecer resposta preliminar, antes do recebimento da denúncia, é procedimento obrigatório nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, e sua ausência é caso de nulidade relativa.

QUESTÃO 69

Sobre recursos, é correto afirmar:

- 01) É cabível a apelação de réu absolvido.
- 02) Uma vez recebido o recurso, não poderá ser inadmitido pelo tribunal *ad quem*.
- 03) Depende de requerimento a extensão da decisão em favor de um réu a outro.
- 04) O recurso da sentença condenatória impede a concessão de progressão de regime segundo a quantidade de pena provisoriamente aplicada.
- 05) Ao Ministério Público é concedido prazo em dobro para a interposição dos recursos criminais.

QUESTÃO 70

No que se refere ao inquérito policial, é correto afirmar:

- 01) A autoridade policial poderá mandar arquivar o inquérito policial se, pelos elementos de prova colhidos, ficar evidenciada a inocorrência de qualquer delito.
- 02) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- 03) Em nome da garantia constitucional, de que ninguém será processado criminalmente sem um mínimo de lastro probatório de autoria e materialidade da infração penal, é que se conclui que o inquérito policial é peça indispensável para a propositura da ação penal.
- 04) Quando se tratar de crime cometido por agentes policiais, o inquérito será presidido por membro do Ministério Público, especialmente designado pelo Procurador Geral de Justiça.
- 05) Como o inquérito policial é inquisitório e sigiloso, é vedado ao indiciado requerer diligências.

Direito Penal — Questões de 71 a 80

QUESTÃO 71

Doutrina e a jurisprudência convergem no entendimento de que não há peculato de mão de obra ou de serviços públicos.

Nessa linha de raciocínio, pode ser objeto dos crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio, previstos no Art. 312, *caput*, do Código Penal, dinheiro, valor ou qualquer outro bem

- 01) imóvel ou móvel, sempre de natureza pública, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.
- 02) imóvel ou móvel, de natureza pública ou privada, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.
- 03) móvel, sempre de natureza pública, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.
- 04) móvel, de natureza pública ou privada, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.
- 05) móvel, de natureza pública ou privada, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo, ou, quando não tem a posse, se utiliza da facilidade da condição de funcionário para subtrair o bem.

QUESTÃO 72

Um auditor fiscal da Receita Federal é credor do valor de R\$ 50.000,00 que lhes são devidos por um amigo, através de título executivo extrajudicial. Para reaver a dívida, o auditor ajuizou, através de seu advogado, a competente ação de execução, perante o Juízo Cível da Comarca em que moravam as partes. O Oficial de Justiça não encontrou bens a serem penhorados e certificou isso no processo. Temendo não receber sua dívida, o auditor acessa o banco de dados da Receita Federal e obtém a declaração do imposto de renda do amigo devedor, com o fim de descobrir bens para serem penhorados no processo de execução e satisfazer seu crédito.

A infração penal cometida pelo auditor é

- 01) de prevaricação.
- 02) de peculato eletrônico.
- 03) equiparada à violação de sigilo funcional.
- 04) de advocacia administrativa.
- 05) inexistente.

QUESTÃO 73

Sobre o crime de falso testemunho, é correto afirmar:

- 01) O ofendido, no processo penal, pode ser sujeito ativo do crime de falso testemunho.
- 02) Uma testemunha arrolada pela defesa num processo criminal e regularmente intimada da audiência, que se recusa a comparecer em juízo, responde pelo crime de falso testemunho.
- 03) Não existe falso testemunho praticado em Juízo arbitral.
- 04) O crime de falso testemunho só se comete mediante afirmação falsa, quem cala a verdade não comete crime.
- 05) A retratação extingue a punibilidade, desde que ocorra antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.

QUESTÃO 74

Sobre a eficácia da lei penal no tempo, é correto afirmar:

- 01) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Esse princípio não se aplica às leis excepcionais ou temporárias.
- 02) A lei temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.

- 03) A lei posterior, que de qualquer modo favorece o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado, em face do Art. 5º, XXXVI, da Constituição.
- 04) Pelo Código Penal, sempre vai ser aplicada a lei mais benéfica, mesmo que sua revogação seja anterior à prática da infração penal.
- 05) O Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, no que diz respeito ao tempo do crime.

QUESTÃO 75

Um cidadão estava em sua residência quando recebeu a visita de dois sujeitos, **A** e **B**, que se apresentaram como funcionários do Ministério da Saúde, que queriam verificar eventuais focos do mosquito *aedes aegypti* (transmissor da dengue) no bairro. **A** e **B** apresentaram crachás ao cidadão, que então permitiu a entrada dos referidos indivíduos. **A** pediu que o cidadão o conduzisse até o jardim da casa, para que fossem verificados focos de água parada. **B** permaneceu no interior da casa, e, sorrateiramente, apoderou-se de algumas joias que encontrou numa gaveta. Terminada a verificação, **A** e **B** despediram-se do cidadão. Horas depois, o cidadão deu por falta das joias, e saiu correndo desesperado pelas ruas do bairro, encontrando **A** e **B**, ainda fardados, caminhando em direção a outra residência. O cidadão então abordou **A** e **B**, que, para assegurar a subtração da coisa, pegam um pedaço de madeira que encontram no chão, e agredem o cidadão, causando-lhe lesões corporais de natureza grave.

Nesse caso, **A** e **B** cometeram crime de

- 01) estelionato em concurso com lesão corporal.
- 02) roubo próprio qualificado.
- 03) roubo impróprio qualificado.
- 04) furto qualificado e crime de lesões corporais graves, em concurso material.
- 05) roubo simples e crime de lesões corporais graves, em concurso material.

QUESTÃO 76

Um cidadão, caixa de supermercado, percebeu que um dos clientes da loja, um médico, deixara uma folha em branco de seu receituário médico cair no chão. O caixa apoderou-se da folha em branco e inseriu falso atestado sobre o seu estado de saúde, falsificando a assinatura do médico, com o objetivo de fazer uso desse atestado médico falso, entregando-o a seu empregador para abono de faltas do mês.

Em tese, a conduta do caixa do supermercado configura um crime de

- 01) falsidade ideológica (Art. 299 do C.P.).
- 02) falsidade de documento particular (Art. 298 do C.P.).
- 03) uso de documento falso (Art. 304 do C.P.).
- 04) falsidade de atestado médico (Art. 302 do C.P.).
- 05) falsa identidade (Art. 307 do C.P.).

QUESTÃO 77

Acerca dos efeitos da sentença penal condenatória, é correto afirmar:

- 01) O tutor que praticar crime contra tutelado ficará sujeito à incapacidade para o exercício da tutela, desde que, concomitantemente, o delito seja doloso e esteja sujeito à pena de reclusão. Além disso, não se trata de efeito automático, devendo ser motivadamente declarado na sentença.
- 02) Um dos efeitos automáticos da condenação criminal é tornar líquida, certa e exigível a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- 03) Nos crimes praticados por servidor público, com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, se aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, a condenação acarretará, automaticamente, a perda do cargo ou da função pública.
- 04) Um dos efeitos específicos da condenação é a perda, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.
- 05) Um dos efeitos específico da condenação é a inabilitação para dirigir veículo, em consequência de prática de crime culposos de trânsito.

QUESTÃO 78

Configuram crimes contra a ordem econômica, previstos no Art. 4º da Lei 8.137/90, **exceto**

- 01) elevar sem justa causa o preço de bem ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado.
- 02) efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do país.
- 03) vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- 04) exigir exclusividade de propaganda, transmissão ou difusão de publicidade, em detrimento de concorrência.
- 05) subordinar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de outro bem, ou ao uso de determinado serviço.

QUESTÃO 79

Um homem é motorista particular de uma família, composta pelo casal e um filho menor, portador de deficiência mental, que o torna inteiramente incapaz de entender e querer. Depois de adquirir a confiança da família, o motorista induz a criança a retirar um anel de brilhantes que se encontra no quarto de seus pais e entregar-lhe.

A infração penal praticada pelo motorista é

- 01) roubo, pois a criança é incapaz de oferecer resistência.
- 02) apropriação indébita, pois a criança se apropria do anel que se encontra no quarto dos pais.
- 03) furto, pois se trata de subtração de coisa alheia móvel, ainda que realizado por interposta pessoa não culpável.
- 04) estelionato, pois se trata de obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio, através de meio fraudulento que induz ou mantém alguém em erro.
- 05) receptação, pois se trata de aquisição de produto proveniente do crime praticado pela criança.

QUESTÃO 80

Um médico, ao prescrever um remédio para um paciente, se esquece de informar que o medicamento não pode ser misturado com bebidas alcoólicas, sob pena de causar lesões ao sistema digestivo. O paciente, desavisado, toma o remédio após ingerir bebida alcoólica.

Nesse caso, o médico incorre em

- 01) imprudência.
- 02) imperícia.
- 03) negligência.
- 04) conduta atípica.
- 05) dolo eventual.

* * * * *



